



# CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÚBAS

RUA ARTUR ANTÔNIO COSTA, Nº 48 CENTRO

CNPJ: 13.225.057/0001-30 – MACAÚBAS – BAHIA

## PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 203/2025 DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

Câmara Municipal de Vereadores  
Macaubas - Bahia

### PROTOCOLO

Proc. nº 3.063 de 07/10/2025

Encarregado

Dispõe sobre a autorização para implantação do Programa "Saúde nas Escolas", que visa disponibilizar técnica(o) de enfermagem nas unidades da rede pública municipal de ensino de Macaúbas, e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo **autorizado a instituir o Programa "Saúde nas Escolas"**, com o objetivo de promover a saúde preventiva e garantir a presença de profissional técnica(o) de enfermagem nas unidades da rede pública municipal de ensino.

**Art. 2º** A atuação do técnico de enfermagem nas unidades escolares observará as diretrizes do **Programa Saúde na Escola (PSE)**, instituído pelo **Decreto Federal nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**, e regulamentado pela **Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017**, bem como as normas expedidas pelo **Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)**.

**Art. 3º** Compete ao técnico de enfermagem no ambiente escolar:

- I – realizar os primeiros atendimentos em casos de urgência e emergência até a chegada do socorro especializado;
- II – participar das ações de educação em saúde, prevenção de doenças e promoção do bem-estar físico e emocional dos estudantes;
- III – apoiar campanhas de vacinação e programas de saúde preventiva em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde;
- IV – manter registro atualizado dos atendimentos realizados e comunicar às autoridades competentes os casos que demandem acompanhamento;
- V – colaborar com os docentes e gestores escolares nas ações de saúde e segurança escolar.

**Art. 4º** Caberá à **Secretaria Municipal de Saúde**, em articulação com a **Secretaria Municipal de Educação**, promover:

- I – a lotação dos profissionais nas unidades escolares, observando critérios de demanda, número de alunos e complexidade do atendimento;





## CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÚBAS

RUA ARTUR ANTÔNIO COSTA, Nº 48 CENTRO

CNPJ: 13.225.057/0001-30 – MACAÚBAS – BAHIA

II – a capacitação continuada dos técnicos de enfermagem e servidores escolares sobre procedimentos básicos de primeiros socorros;

III – a integração das ações de saúde escolar ao Plano Municipal de Saúde e ao Plano Municipal de Educação.

**Art. 5º** A presença do técnico de enfermagem nas escolas poderá ser efetivada mediante:

I – provimento por concurso público específico;

II – remanejamento de profissionais da rede municipal de saúde, sem prejuízo de suas atribuições funcionais; ou

III – celebração de convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com instituições de saúde pública ou privada sem fins lucrativos.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até **90 (noventa) dias**, contados da data de sua publicação, definindo:

I – os critérios técnicos para a alocação dos profissionais;

II – a jornada de trabalho e o regime de atuação;

III – os mecanismos de integração das ações de saúde e educação.

**Art. 8º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, Sala das Sessões em 07 de outubro de 2025.

  
**José Maria Santos Souto**

**Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Macaúbas, Bahia**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÚBAS**

RUA ARTUR ANTÔNIO COSTA, Nº 48 CENTRO

CNPJ: 13.225.057/0001-30 – MACAÚBAS – BAHIA

### **JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 203/2025.**

**Excelentíssimo Sr. Presidente e Dignos Pares da Câmara Municipal de Macaúbas, Bahia.**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no âmbito do Município de Macaúbas, a presença de um técnico de enfermagem nas unidades escolares da rede pública municipal de ensino, com o objetivo de assegurar atendimento imediato em situações de urgência e emergência, além de promover ações de prevenção e educação em saúde junto à comunidade escolar.

A proposta fundamenta-se na competência comum estabelecida pelo artigo 23, incisos II e V, da Constituição Federal, que atribui à União, aos Estados e aos Municípios a responsabilidade compartilhada pela proteção da saúde e pela oferta da educação. Dessa forma, a iniciativa municipal encontra amparo constitucional, na medida em que visa à efetivação integrada das políticas públicas de saúde e educação.

O projeto também se alinha às diretrizes do **Programa Saúde na Escola (PSE)**, instituído pelo Decreto Federal nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, e atualmente regulamentado pela Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017, que estabelece a articulação entre as redes de saúde e educação para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes da educação básica. O Município, ao prever a presença do profissional de enfermagem nas escolas, atua de forma complementar, garantindo a operacionalização local do PSE.

Sob o ponto de vista técnico, a presença de um técnico de enfermagem nas unidades escolares é medida de extrema relevância, sobretudo nas escolas de ensino fundamental I, que concentram crianças em fase inicial de desenvolvimento físico e cognitivo, naturalmente mais vulneráveis a acidentes, mal-estares súbitos, crises alérgicas e outras intercorrências que demandam intervenção imediata. Nessas circunstâncias, a atuação qualificada do profissional de enfermagem pode prevenir agravos à saúde, reduzir o risco de complicações e salvar vidas até a chegada do atendimento médico especializado.





## CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÚBAS

RUA ARTUR ANTÔNIO COSTA, Nº 48 CENTRO

CNPJ: 13.225.057/0001-30 – MACAÚBAS – BAHIA

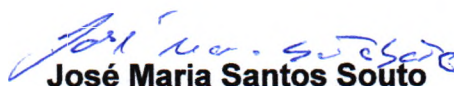
Além disso, o técnico de enfermagem desempenha papel essencial na **educação em saúde**, colaborando com professores e gestores escolares em campanhas de vacinação, higiene, alimentação saudável, saúde mental e prevenção de doenças — ações indispensáveis para a formação integral do estudante e para a melhoria do ambiente escolar.

Importa destacar que a medida contribui também para a tranquilidade das famílias, que passam a ter maior segurança ao confiar seus filhos à rede municipal de ensino, e para a valorização da política pública local, que avança em consonância com o **princípio da dignidade da pessoa humana** (art. 1º, III, da CF) e com os **objetivos fundamentais da República** (art. 3º, I e IV, da CF), especialmente no que concerne à promoção do bem-estar de todos.

Dessa forma, a presente proposição não cria privilégio, mas institui um **mecanismo de proteção social e prevenção em saúde**, compatível com as políticas públicas federais e estaduais, atendendo ao interesse público e à proteção integral das crianças e adolescentes, conforme previsto no artigo 227 da Constituição Federal e no **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)**.

Por todas essas razões — jurídicas, sociais e técnicas —, solicito aos nobres pares a aprovação deste Projeto de Lei, que representa um avanço na política municipal de saúde escolar e na efetivação dos direitos fundamentais à vida, à saúde e à educação.

Câmara Municipal de Vereadores, sala das sessões, em 07 de outubro de 2025.

  
José Maria Santos Souto

**Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Macaúbas, Bahia**